

Governo diz como será 1986: bom.

A economia crescerá 6%, diz Sayad. E serão criados 1,5 milhão de novos empregos. Só não explica como pagar um déficit de 200 trilhões.



Crescimento de 6% do PIB, queda da inflação para 140% no final do ano (com média anual de 160%), criação de 1,5 milhão de novos empregos e superávit comercial de US\$ 12,5 bilhões (US\$ 27,5 bilhões em exportações contra importações de US\$ 15 bilhões): este é o quadro otimista que o ministro do Planejamento, João Sayad, traçou para 1986, ao elaborar a proposta do Orçamento Geral da União (que incluirá todas as contas do orçamento monetário), já encaminhada ao Congresso pelo presidente José Sarney.

Apesar deste quadro positivo, o País continuará às voltas com o difícil problema de pagar as dívidas externa e interna. Sayad admite um déficit público interno superior a Cr\$ 200 trilhões, a ser coberto pela emissão de moeda ou pela colocação de títulos públicos. O ministro não tocou na possibilidade de aumento dos impostos, mas é possível que a medida seja aprovada pelo Congresso.

Segundo a proposta orçamentária, receita e despesa estão previstas em Cr\$ 656,1 trilhões. As receitas correntes (principalmente arrecadação tributária) totalizarão Cr\$ 415,6 trilhões. A União também poderá contar com Cr\$ 29,5 trilhões provenientes de "receitas de outras fontes, de entidades da administração indireta e de fundações (exclui-se receitas do Tesouro)".

O ministro do Planejamento prevê um crescimento moderado nos países industrializados (EUA e Europa), que trará repercussões também positivas para o País. As taxas de juros internacionais, na opinião do governo, ficarão num patamar inferior ao de 1985 (média de 10%), enquanto se prevê também uma redução nos preços do petróleo.

Prioridade social

Na mensagem que encaminhou ao Congresso Nacional, o presidente José Sarney assinala que a área social foi eleita como prioridade do governo, com ênfase para educação, saúde, segurança pública, habitação popular e emprego, além de efetivo apoio ao incremento agrícola, sobretudo de alimentos básicos, e à "imprescindível recuperação da rede viária".

— Estou igualmente privilegiando o Nordeste, com o objetivo de reduzir a enorme disparidade econômica existente em relação às demais regiões — completa o presidente.

Assim, estão sendo assegurados Cr\$ 27,5 trilhões para o Ministério da Educação, conforme a Emenda Constitucional nº 24/83, que destina 13% da receita líquida de todos os impostos arrecadados pela União para atividades educacionais. A saúde teve recursos adicionais reais de 50,7% para 1986 em relação a 1985; habitação, urbanismo e ecologia mais 432% reais; a reforma agrária mais 328% reais. Na malha rodoviária, estão previstos recursos de mais 92% reais, enquanto transportes urbanos terão 31,7%. Ciência e tecnologia ganharam mais 34,4%. A transferência de recursos da União para os Estados e Municípios está estimada em Cr\$ 92,3 trilhões, em 1986.

"Peça difícil"

O exame dos itens de despesa indicam que o orçamento de 1986 é uma peça difícil, as restrições são muito grandes — salienta o ministro João Sayad.

Os gastos com pessoal elevam-se a Cr\$ 96,9 trilhões, pouco mais que o dobro de 1985, enquanto as amortizações e os encargos da dívida pública interna e externa chegam a Cr\$ 202,3 trilhões, sendo Cr\$ 42,4 trilhões para amortização e Cr\$ 159,9 trilhões para os encargos (ju-

ros e comissões). O montante necessário para honrar os compromissos com a dívida significa mais de 32% do total da despesa orçamentária, o que "representa importante restrição financeira", acrescenta o ministro Sayad.

A proposta extingue o orçamento monetário, que será incorporado ao orçamento fiscal. As contas do orçamento monetário correspondem a despesas feitas pelo Banco Central e Banco do Brasil no pagamento de subsídios diretos e indiretos (trigo, álcool, açúcar) na formação de estoques de produtos básicos, na sustentação de preços mínimos e na cobertura dos déficits da Previdência Social.

— Naturalmente — acrescenta a nota do Planejamento — estes gastos não estão sendo criados por este orçamento. Eles vinham sendo executados pelas autoridades monetárias, sem controle do Congresso, através da colocação de títulos da dívida pública e emissão de moeda. O déficit assim não aparecia no orçamento aprovado pelo Congresso, mas era efetivamente realizado. Incorporados estes gastos num único orçamento, devolve-se ao Congresso sua prerrogativa constitucional de apreciar todas as receitas e despesas da União.

Com a unificação dos dois orçamentos, ficam explicitadas e limitadas as contas anteriormente "em aberto", tais como subsídios ao trigo (fixados para 1986 em Cr\$ 17 trilhões), açúcar e álcool (Cr\$ 1,2 trilhão) e comercialização de produtos agrícolas (Cr\$ 3,9 trilhões).

Agricultura

O Ministério da Agricultura teve um aumento de 413% no orçamento de 1986, em relação ao deste ano. Entretanto, para um pedido de Cr\$ 15,3 trilhões de recursos do Tesouro, o ministério receberá Cr\$ 7,65 trilhões que, acrescidos a verbas procedentes de outras fontes, como operações de crédito e Finsocial, somam um total de Cr\$ 9,34 trilhões para o ano de 1986.

O chefe da Secretaria de Programação Orçamentária e Financeira, Benedito Espírito Santo, disse que "o atendimento, a medida do possível, foi satisfatório". Entretanto, alguns programas vão deixar de ser executados. A Embrater, o Provarzeas, a Embrapa e a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária tiveram suas reivindicações melhor atendidas. O IBDF, a Cibrazem e a Sudepe serão obrigadas a pedir suplementação de verbas durante o exercício de 1986. O Programa de Alimentação Popular (PAP), da Cobal, foi atendido com uma verba de Cr\$ 500 bilhões, apesar de ter solicitado a liberação de Cr\$ 1,13 trilhão.

O Ministério dos Transportes pretende no próximo ano realizar um trabalho de recuperação de cinco mil quilômetros de rodovias federais e para tanto já tem alocados no orçamento que está no Congresso Cr\$ 4,3 trilhões, dos Cr\$ 5,2 trilhões que o Tesouro destinou ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) para investimentos.

A Portobrás teve o seu orçamento, em relação a 1985, reduzido em cerca de 16%. Passou de Cr\$ 472 bilhões para 396 bilhões em 1986. A Rede Ferroviária Federal também teve um aumento na sua dotação orçamentária para o próximo ano de quase 58%: receberá Cr\$ 964 bilhões contra os 643 bilhões que lhe foram destinados este ano.

A proposta orçamentária para o Ministério do Trabalho reduzirá a participação da contribuição sindical nas despesas de custeio de 97% (este ano) para 69%. O orçamento total do MTb cresceu 625%, de Cr\$ 224 bilhões em 85 para Cr\$ 1,5 trilhão em 1986.